A complexificação das lógicas de acumulação do capitalismo contemporâneo enquanto dimensão de agravamento de sua crise estrutural

Paulo Henrique Francisco Felipe*
Theo Teixeira Mazina Martins**

Resumo: O presente artigo busca investigar o agravamento das contradições do capitalismo, expresso na estagnação econômica associada a altos níveis de desemprego, no acirramento das tensões geopolíticas e na centralidade do capital financeiro, que põem em questão a natureza da crise atual e as capacidades endógenas do sistema de superá-la. Assim, este trabalho toma como objeto de análise a crise estrutural do capitalismo a partir da articulação entre a Análise do Sistema-Mundo e a tradição marxista, utilizando como eixo o papel da expansão do capital fictício e da reconfiguração dos espaços de acumulação desde a década de 1970. Para tal, realiza-se uma análise teórica da dinâmica dos ciclos sistêmicos e das transformações recentes da acumulação. Busca-se, com isso, contribuir para a compreensão dos limites contemporâneos do sistema e do aprofundamento de suas contradições.

Abstract: This article examines the intensification of contradictions in capitalism, expressed in economic stagnation associated with high levels of unemployment, the escalation of geopolitical tensions, and the growing centrality of financial capital, which raise questions about the nature of the current crisis and the system's endogenous capacity to overcome it.Thus, this study takes as its object of analysis the structural crisis of capitalism through the articulation between World-Systems Analysis and the Marxist tradition, using as its axis the role of the expansion of fictitious capital and the reconfiguration of spaces of accumulation since the 1970s. To this end, a theoretical analysis of the dynamics of systemic cycles and recent transformations of accumulation is carried out. In doing so, it seeks to contribute to the understanding of the contemporary limits of the system and the deepening of its contradictions.

Palavras-chave: Crise estrutural; Sistema-Mundo; Capital fictício; Espaços de acumulação

Keywords: Structural crisis; World-System; Fictitious capital; Spaces of accumulation

---

* Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

** Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP)

1. Introdução

O momento histórico em que vivemos é marcado por um nítido agravamento das tensões do sistema capitalista. Tal momento é constituído pelo acirramento das disputas geopolíticas (conflitos localizados que parecem se multiplicar a cada ano, muitas vezes envolvendo superpotências nucleares); pela estagnação do crescimento econômico nos antigos centros do capitalismo global - EUA, Europa, Japão - assim como em outras partes, como na América Latina, cujas características agroexportadoras se reafirmam em um contexto de prolongada desindustrialização; assim como pela contínua degradação da natureza, que agrava as condições de vida das populações por todo o mundo e coloca em xeque as condições de permanência da espécie no planeta. Todas essas tendências contraditórias passam pela articulação do capital financeiro como principal vetor de acumulação na atual fase do capitalismo (Campos, 2025). O objetivo deste artigo é articular o agravamento dessas múltiplas manifestações das contradições do capital com a perspectiva da crise estrutural do capitalismo.

A característica determinante do capitalismo enquanto sistema histórico é a persistência da busca imposta pela contínua acumulação de capital; assim, para que tal sistema histórico opere, ele deve se organizar de forma a impor forças às estruturas e aos agentes que possibilitem a persistência da acumulação contínua enquanto um fim em si mesmo (Wallerstein, 2014). Para Wallerstein, a plena compreensão dos momentos históricos de vida do capitalismo enquanto sistema passa pela análise da capacidade de seus mecanismos de trazer as forças existentes a um equilíbrio no qual a acumulação contínua de capital encontre sua possibilidade de perpetuação nos diferentes espaços.

A natureza do equilíbrio cujas forças devem tender para que haja a caracterização de um normal funcionamento do sistema é complexa. É no sentido da contribuição oferecida pelo corpo metodológico da ASM (Análise do Sistema-Mundo) acerca das análises das crises históricas do capitalismo, que operariam em torno de ciclos, que buscamos nos apropriar das perspectivas dessa abordagem. Buscamos também associar o corpo metodológico da ASM a parte da literatura mais marcadamente marxista acerca das crises do capitalismo.

O presente artigo busca também se aprofundar sobre algumas das características do capital fictício enquanto determinante fundamental nos espaços de acumulação na atual conjuntura do sistema capitalista, e na investigação da maneira em que a perpetuação da acumulação em alguns desses espaços agrava as presentes instabilidades que configuram a crise estrutural do sistema capitalista.

A análise das principais contradições embutidas nas formas presentes de acumulação pode explicar a natureza instabilizadora do momento histórico do moderno sistema capitalista em que vivemos.

2. Definição de crise

Devido ao teor polissêmico adquirido pelo termo "crise" ao longo do tempo e dos diferentes sistemas sociais existentes, torna-se necessário apresentar a definição de crise que o presente artigo usa como instrumental de análise, bem como suas raízes teóricas e a implicação que essa definição tem para a análise do objeto de pesquisa como um todo.

O modo de entender a crise neste projeto se dá através da definição marxista, a qual, assumindo que o processo de acumulação do capital funciona através de ciclos, enxerga a crise como a manifestação das contradições do modo de produção capitalista, onde, de forma simultânea, a resposta para essas contradições fundamentais, que foram complexificadas, encontram-se no próprio mecanismo interno do capital, ou seja, na unidade destas mesmas contradições (Carcanholo, 2010).

Dessa forma, a crise não está apenas na fase de reversão do ciclo, como a definição mais recorrente aponta, mas em todo o processo de acumulação e, também contrariando o sentido convencional, ela é necessária ao capital, uma vez que essas "erupções violentas restabelecem por um momento o equilíbrio perturbado" (Marx, 2017, p. 288), reestruturando as condições de acumulação e impulsionando a lógica fundante do capital.

Outro ponto importante a destacar é em relação às formas específicas que o fenômeno da crise assume. Cabe pontuar que o parâmetro que regula a interrupção da acumulação é o movimento da taxa de lucro, o qual é determinado dentro da própria reprodução capitalista; a desproporção, mecanismo de ajuste endógeno à própria acumulação, pode se converter numa superprodução em relação ao consumo. A expansão da produção visando expansão da mais-valia se limita na contradição interna do capital entre consumo e produção, podendo resultar numa crise de subconsumo (pela própria dinâmica de arrocho das rendas do trabalho em paralelo à produção voltada para maior expansão da acumulação). Alternativamente, a crise da superprodução também pode ser analisada do ponto de vista do excesso de valor. Sabendo que a superprodução é voltada à expansão do próprio valor, mas que esse valor excessivo produzido não pode ser inserido no processo de acumulação diante uma dada taxa de lucro, chega-se à conclusão que a forma que a crise assume é da superacumulação diante da redução da taxa de lucro (Vieira, 2023).

Essa assunção tem implicações na análise do objeto da crise, uma vez que, conforme apontado por Vieira (2023), tem-se uma crise que busca destruir o capital excessivo e, com isso, desloca a centralidade do consumo de massas para a dinâmica do investimento, a qual é responsável pela interrupção da acumulação capitalista.

Como aponta Vieira: "Com efeito, as desproporções, o subconsumo, a superacumulação, a queda tendencial da taxa de lucro revelam contradições em diversos momentos do desenvolvimento das formas do capital, nos diversos níveis de abstração da exposição, conformando, pois, as múltiplas determinações do concreto." (Vieira, 2023, p. 40). As crises constituem o próprio mecanismo pelo qual o capital se reproduz em meio a suas contradições estruturantes. As sucessivas crises cíclicas configuram não somente o aspecto fenomênico das contradições do capital, mas também determinam as condições nas quais o capitalismo pode se reinventar para continuar se reproduzindo em meio a tais contradições.

É nessa abordagem de compreensão do papel ocupado pelas crises no sistema capitalista em que nos baseamos para analisar a atual crise estrutural que permeia as configurações das estruturas e a ação dos agentes nesse momento de vida do sistema.

3. Funcionamento das crises em ciclos

Immanuel Wallerstein foi um dos elaboradores de um extenso corpo teórico na perspectiva de análise histórica do capitalismo, intitulado Análises do Sistema-Mundo (ASM). É determinante nessa perspectiva a compreensão do fato de que o capitalismo opera como uma economia-mundo capitalista (Pennaforte, 2023), e se estabeleceu assim visando sua reprodução contínua enquanto sistema através do mesmo objetivo visado em sua gênese, a eterna acumulação de capital.

Como em qualquer sistema, o capitalismo se estrutura em torno de mecanismos que buscam restaurar forças instabilizadoras a um grau de equilíbrio; após a ação de forças endógenas que promovem desvios suficientemente impactantes que retiram o sistema do equilíbrio, os próprios mecanismos do sistema induzem contra-movimentos que buscam contrabalancear as perturbações prévias. Essa movimentação em torno de um equilíbrio em movimento, portanto, opera em ciclos:

> The equilibrium is never restored to the same point because the counter- movements require some change in the underlying parameters of the system. Hence the equilibrium is always a moving equilibrium, and, therefore, the system has secular trends. It is this combination of cyclical rhythms and secular trends that define a system that is functioning 'normally'. (Wallerstein, 2000, p. 260)

Para Wallerstein, dois ciclos diferentes são de especial importância para o funcionamento do sistema capitalista: o ciclo de Kondratieff e os ciclos hegemônicos. Os ciclos de Kondratieff, elaborados pelo economista russo Kondratieff, se tornaram parte constitutiva das abordagens de importantes teóricos da ASM como Immanuel Wallerstein e Giovanni Arrighi. Na abordagem da ASM, a formulação dos ciclos de Kondratieff, períodos de décadas de expansão seguidos por décadas de contração relacionadas a grandes períodos de transição das estruturas técnicas, dos espaços de acumulação e do poder geopolítico, se tornou útil para compreender as tendências históricas do sistema capitalista.

O Sistema-Mundo capitalista também se organizou historicamente através de ciclos hegemônicos. Em "Caos e Governabilidade no Moderno Sistema Mundial", Arrighi e Silver analisam as características marcantes dos períodos de estabilidade, crise e transição das hegemonias que constituíram a história do capitalismo: a holandesa, a inglesa e a estadunidense.

A transição hegemônica opera também como processo inerente às dinâmicas conjuntas dos agentes que compõem a ordem hegemônica. As regras sistêmicas organizadas a partir do poderio do Estado hegemônico criam as condições políticas de expansão sistêmica, processo que tende a coincidir com a fase A do ciclo de Kondratieff, viabilizado a partir do progresso técnico encabeçado pelo estado hegemônico (Arrighi e Silver, 2001).

Em geral, as situações quasi-monopolísticas possibilitadas em diferentes segmentos produtivos são condicionantes da própria posição hegemônica do estado. E a imitação dessas características por parte dos principais estados secundários (muitas vezes aqueles mesmos em que na formação do atual ciclo hegemônico possuíam condições de concorrer pela posição hegemônica, mas em alguma medida tiveram de se submeter às regras criadas pelo Estado hegemônico) tendem a minar tanto as condições de expansão do ciclo A de Kondratieff quanto o poder relativo do estado hegemônico (Wallerstein, 2014).

É já no processo de alta em que a expansão econômica, possibilitada pelas condições estruturais estabelecidas pelo estado hegemônico, surgem as raízes que estimulam a crescente rivalidade interestatal e a competição interempresarial. Há um marcante processo de imitação das características do Estado hegemônico que paulatinamente minam tanto seu poderio relativo (destruindo as situações de quasi-monopólio que ele detinha) quanto suas condições de estabelecer regras que ditam a acumulação em nível global. Em algum ponto a crise hegemônica se intensifica e há simultaneamente uma escalada nos conflitos sociais quanto um surgimento de novas configurações de poder partindo de novos estados que não o hegemônico. (Arrighi e Silver, 2001)

Com a total derrocada das estruturas de organização da acumulação encabeçadas pelo antigo Estado hegemônico, adentra-se em contexto de caos sistêmico. A perpetuação do capitalismo enquanto sistema pressupõe que haja condições, durante a fase de caos sistêmico, de surgimento de novas centralizações das capacidades sistêmicas que culminem enfim na reorganização do sistema por um novo agente hegemônico, recomeçando o ciclo.

O que define a crise estrutural do sistema capitalista, para Wallerstein, é a incapacidade dos mecanismos estabilizadores em trazer as forças instabilizadoras de volta a um equilíbrio. Na perspectiva histórica moderna dos eventos que culminaram na crise da década de 1970, as forças saíram de tal forma da tendência ao equilíbrio que o sistema passou a operar de forma fundamentalmente caótica (Wallerstein, 2014).

É nesse contexto de vida do sistema capitalista em que nos encontramos, um no qual o desenvolvimento dos sucessivos ciclos de expansão e contração em torno de um equilíbrio móvel culminou em tal nível de estiramento dos mecanismos estabilizadores que o sistema perdeu as condições de estabilizar as forças em torno seu objetivo último, a acumulação ilimitada de capital. Trata-se da noção de crise estrutural, ou o período de morte dos sistemas históricos na abordagem wallersteiniana.

Para compreender adequadamente as características que permeiam a impossibilidade do retorno às condições de equilíbrio, aspecto definidor da crise estrutural do sistema capitalista, processo que vem evidenciando seus mais profundos desdobramentos desde a década de 1970 e se estende até os dias atuais, é antes necessário discorrer sobre a organização dos espaços de acumulação sob ciclo hegemônico cuja crise coincide com a crise estrutural do sistema: o da hegemonia estadunidense.

4. Consolidação e funcionamento da hegemonia global estadunidense

Com o objetivo de compreender de forma mais completa o impacto da atual crise tanto nas potências imperialistas quanto nos países periféricos, torna-se essencial estudar a trajetória particular dos Estados Unidos e de sua hegemonia nos anos 1970 e como essa configuração específica de poder global entrelaça com a lógica do capital fictício e condiciona o funcionamento dos mecanismos imperialistas no capitalismo contemporâneo.

Quando se fala dos EUA na crise dos anos 70, o debate convencional, a exemplo de Tavares (1985), entende que este período foi marcado pela crise de sua hegemonia, onde a ordem econômica internacional estava constantemente ameaçada, pois quando não há um *hegemon*, não há uma coordenação internacional e o sistema internacional fica mais instável e volátil, como pode ser

visto em (Kindleberger, 1975). Esse entendimento se dá por fatos anteriormente expostos nos anos 1970, como os déficits crescentes dos Estados Unidos, a crise do dólar estadunidense, o aumento da concorrência comercial com a ascensão de economias superavitárias e entre outros motivos. Entretanto, como mostra Pereira (2024), esses argumentos apresentam correlações falsas e de perspectivas cataclísmicas entre os diferentes fatos da conjuntura dos anos 70 e de uma suposta crise de hegemonia, além disso, a interpretação também falta com certas explicações e possui problemas de temporalidade.

A perspectiva da literatura convencional mascara a verdadeira dinâmica que os Estados Unidos tiveram neste período, bem como o desenvolvimento do próprio sistema internacional que se formou a partir da reestruturação da forma de acumulação capitalista. A hegemonia dos EUA não estava em crise e não foi preciso retomá-la/reafirmá-la, pelo contrário, os anos 1970 foram o momento de sua consolidação e de continuação da construção de seu poder global que foi sendo construído desde o pós-guerra (Pereira, 2024). Segundo o autor, mesmo nos prósperos "Anos Dourados", em que os Estados Nacionais tinham maior autonomia de sua política econômica, os EUA conseguiram universalizar o modo de vida e produção estadunidense, através da mediação do dólar na integração comercial e a internacionalização de suas corporações, firmas e bancos.

Outro elemento da política externa de consolidação do seu poder, foi a respeito da segurança, apoiada no Complexo-Industrial-Militar, em que os déficits externos, aqui representados pelos gastos bélicos, foram essenciais para a expansão do comércio e da liquidez internacional, mas que ao mesmo tempo permitiu que os Estados Unidos obtivessem, através de um elevado potencial bélico e de intervenção, maiores condições geopolíticas de internacionalizar seu capital e ter mais acesso a recursos externos (Pereira, 2024)

Apesar da efetiva consolidação de sua hegemonia, Pereira (2024) alerta ao fato que o aumento do poder global dos EUA é correlacionado e ao mesmo tempo contraditório à transnacionalização do capital, visto que esta última deu origem a um capital global, o qual não tem uma unidade de comando e regramento. Mas ainda sim, apesar da transnacionalização do capital tirar parte da autonomia relativa dos Estados Unidos, enquanto Estado Nacional, ela também o fortalece enquanto Estado Capitalista, através da satelitização da superestrutura e estrutura estadunidense. Dessa forma, é possível derivar dessa dinâmica que apesar dos Estados Unidos ter certo controle a ponto de impedir que o capital transnacional traga uma catástrofe imediata, esse não deixa de ser, como qualifica Mészáros (2002) "irrestringível e incontrolável", e assim essa força

centrípeta estadunidense “não evita a longa marcha social em direção a quadros econômicos e ambientais distópicos.” (Pereira, 2024, p. 13)

A análise de Pereira se contradiz às perspectivas da ASM, que identificam na década de 1970 o início da perda de poder relativo dos EUA enquanto estado hegemônico. Contudo, identificamos graus de correlação entre o que Pereira compreende como consolidação do poderio hegemônico estadunidense na década de 1970 e, por outro lado, a inflexão da hegemonia estadunidense no mesmo período para Wallerstein, cujo maior objetivo de estado se torna desacelerar a perda relativa de seu poder hegemônico (Wallerstein, 2013). Wallerstein reconhece como exitoso o movimento de desaceleração; podemos, então, analisar o que Pereira entende como efetivação desse poderio a partir da década de 1970 como uma intensificação ativa de mecanismos militares, econômicos e geopolíticos que buscam por meio de sua força centrípeta frear a perda de seu poder hegemônico.

A análise conjunta dessas perspectivas contraditórias nos permite, portanto, melhor compreender as dimensões geopolíticas e culturais da crise estrutural do capitalismo que se instaurou na década de 1970, assim como a maneira em que essa se relaciona com as estruturas de poder da hegemonia estadunidense.

5. Crise dos anos 1970 enquanto um novo tipo de crise

Sabendo que a conjuntura não tem capacidade de explicar a crise do capitalismo contemporâneo de forma independente, podendo essa apenas revelar as tendências que este cenário vem seguindo, torna-se preciso, antes de prosseguir com uma análise mais focada na atual conjuntura, não só passar por uma revisão teórica de crise, como também estudar o período da crise dos anos 70, momento este em que o mundo entrou em uma crise estrutural (Campos, 2024).

Em linhas gerais**,** os anos 1970 foram marcados, com o fim de Bretton Woods, pela ausência de um sistema internacional bem estabelecido, se configurando, assim, em um período de transição para um novo ordenamento internacional (Mazzucchelli, 2014). Nos anos de 74 e 75 houve um cenário significativo de estagflação, um fenômeno até então inédito para os países desenvolvidos, o qual fragilizou o pacto social, deixando para trás a coesão social do dito “Anos Dourados” em que “Ao invés da elevação dos lucros e dos salários reais, aparecia agora luta distributiva, com empresários e trabalhadores em permanente conflito.” (Mazzucchelli, 2014, p. 19). Dentro do contexto geopolítico, o autor citado argumenta que, agora com o enfraquecimento da ameaça comunista e o aumento da força comercial que os países superavitários como Alemanha e Japão ganharam, os Estados Unidos, que mostram déficits comerciais crescentes, vão reverter sua

política de concessões, evidenciando, assim, um retorno do tensionamento entre as relações interestatais.

> It is just at this point that the world economy entered into its long period of stagnation. The crucial measure of a stagnation in the world economy is that profits from production drop considerably from the levels at which they were in the preceding A-period. This has a series of clear consequences. Persons with capital shift their primary locus of seeking profit from the productive sphere to the financial sphere. Second, there is significantly increased unemployment worldwide. Third, there occur significant shifts of loci of production from higher-wage areas to lower-wage areas (what used to be called the phenomenon of 'runaway factories'). This trio of consequences can be seen to have occurred worldwide since circa 1970. (Wallerstein, 2000, pg 255)

Paralelamente ao processo de queda das taxas de lucro e ao início do movimento de perda de poder relativo da hegemonia norte-americana, o sistema também foi fortemente abalado pelas tendências anti-sistêmicas que vinham se configurando na segunda metade do século XX. Tais tendências ganharam força nos movimentos de libertação na periferia que se multiplicavam na Ásia e na África na segunda metade do século e nos movimentos de 1968, que se disseminavam em diversos setores sociais de países centrais. O principal efeito foi uma forte minada contra a visão ideológica centrista-liberal que controlava a geocultura, de forma que os próprios princípios ideológicos que configuravam a fase de funcionamento normal do período da hegemonia norte-americana estavam também postos em xeque (Wallerstein, 2014).

O choque do petróleo foi outro elemento que propulsionou maior desordem internacional, em que a reação dos Estados Unidos ao choque com o uso de subsídios para o controle de seus preços domésticos, provocou um aumento do preço internacional do petróleo, tendo como consequência o crescimento do déficit estadunidense e a desvalorização do dólar. Esses acontecimentos alertam para a necessidade da retomada da coordenação internacional, antes garantida por Bretton Woods. Com isso, foram feitas negociações entre os Estados Unidos e os países superavitários que chegaram em um acordo, o qual teve resultados tímidos, mas que serviu para impedir um maior desalinhamento entre os países (Eichengreen, 2000). Entretanto, mais que o acordo em si, o G7 evidenciou uma tendência de possuir um número menor de países na tomada de decisões através de uma organização internacional informal, sem um arcabouço institucional próprio como foi em Bretton Woods.

Com um questionamento crescente do papel do dólar estadunidense, a solução conservadora dos Estados Unidos concretizou-se pelo choque de juros de Volcker em 79, onde a moeda voltou a se valorizar e com isso, também de forma diferente do acordo de Bretton Woods, os títulos do

Tesouro dos EUA ganham maior importância na regência da economia internacional (Mazzucchelli, 2014).

Dessa forma, é possível concluir que os anos 1970 apresentam um ponto de inflexão radical, onde há o fim do consenso Keynesiano e junto com este um maior desmantelamento do Estado de Bem Estar Social, também houve uma reorganização nos instrumentos de controle dos EUA, como no papel da moeda estadunidense, que expressa o que foi a conversão da "economia americana numa economia cêntrica e não apenas dominante." (Tavares, 1985, p. 165). Outrossim, o fim de Bretton Woods também implica em um ordenamento da economia internacional sem institucionalidade e cada vez mais fechada para poucos países. Diante deste cenário e tendo em mente o objeto da crise, um ponto importante diz respeito à adoção do câmbio flutuante, junto a crescente mobilidade de capitais de curto prazo e das novas transformações financeiras, que se traduz em turbulências e instabilidades cada vez maiores, até mesmo comparado com os anos 20 e 30 (BELLUZZO, 1995).

Ao mobilizar o conceito de crise previamente exposto, as características da crise dos anos 70 aparecem como uma mistura entre manifestações deste fenômeno (redução na taxa de lucro e superprodução/superacumulação de capital), respostas do capital e elementos que deram origem ao próprio aparecimento da crise (Carcanholo, 2010). Algumas especificidades apontadas por Carcanholo (2010) em relação às crises clássicas do capitalismo é de que neste período houve uma certa quebra na Curva de Philips de modo que a inflação continuava aumentando mesmo nos momentos de recessão e o desemprego acentuava-se mesmo nos períodos de recuperação da crise cíclica e outra especificidade, essa já nos anos 80, é a de uma recuperação cada vez mais lenta, tendendo a estagnação.

Ainda segundo o autor citado, a saída da crise do capitalismo tem que necessariamente criar e/ou ampliar espaços de valorização daquele capital que sobrou da superacumulação e deve também aumentar a taxa de mais-valia. Dessa forma, alguns fatores apresentados anteriormente surgiram como respostas do capital à crise dos anos 70, com destaque à abertura e liberalização dos mercados que desdobra-se em duas medidas principais: reformas neoliberais contra o trabalho, a fim de elevar a taxa de exploração, e a desregulamentação ou re-regulação junto da abertura dos mercados financeiros, responsável pela enorme expansão da massa de valor de capital fictício e que configura a especificidade do capitalismo contemporâneo, a subordinação do capitalismo a lógica do capital fictício.

6. O CAPITAL FICTÍCIO

O capital fictício é um desdobramento do capital portador de juros, seu valor opera de modo a se regular de forma relativamente independente do valor-capital produtivo, pois esta forma transfigurada do capital portador de juros se forma através da capitalização. Assim, o valor-capital depende das expectativas tanto dos rendimentos futuros quanto da trajetória da taxa de juros, de forma que seu valor pode se alterar sem uma mudança no valor da produção que este representa (Marx, 2017).

Segundo Herrera (2015), as formas anteriormente citadas de ampliação dos espaços de valorização tem como seus vetores de capital fictício a securitização e as trocas dos produtos derivativos, formas essas que possibilitam que esta categoria de capital atue de forma autônoma e até mesmo "autocrata". Dessa forma, o desenvolvimento do sistema de crédito, bem como as invenções financeiras, permitem que a superacumulação passe a ter maior predomínio da acumulação de capital-dinheiro, ao invés da superprodução de mercadorias.

Pode-se dizer que, em razão do capital fictício, o capitalismo contemporâneo tem sua lógica de apropriação de valor totalmente invertida: não é mais por um capital preexistente, mas sim pela presentificação, pela preexistência da expectativa de apropriação de um valor no futuro, que pode ou não ser realizado (Carcanholo, 2021). A lógica complexificada foi funcional para a acumulação de capital na medida em que ela aumentou a aceleração na rotação do capital global, tendo como resultado o aumento da taxa de exploração e, consequentemente, a taxa de lucro.

Entretanto, mobilizando o conceito de dialética do capital fictício usado em Carcanholo (2010), a disfunção do capital fictício é caracterizada pela incapacidade deste capital de produzir mais-valia de forma independente, e como ele propulsiona apenas a lógica de apropriação de excedente, mas não de produção, a tendência no capitalismo contemporâneo é de cada vez mais capital procure se apropriar de parcelas de valor que não foram produzidas, e que tendem a produzir cada vez menos. Dessa forma, sua dialética mostra que o capital fictício além de condicionar a crise, também amplia a potencialidade, prolongando a fase ascendente e aprofundando a fase descendente.

7. Sobre a crise estrutural e saída expansiva

A primeira grande crise paradigmática do sistema capitalista foi a de 1873, que se deu em um momento histórico no qual as relações de produção e troca tipicamente capitalistas já estavam generalizadas no continente europeu, assim como já estavam amplamente abertos livres espaços de acumulação e valorização do capital. Uma vez consolidados os blocos de capital europeus

concorrentes por tais espaços de acumulação, os mercados europeus se tornaram saturados pela alta quantidade de investimentos concorrentes, e as possibilidades de valorização expressas nas taxas de lucro passaram a se tornar decrescentes.

> Com efeito, a crise de 1873, engendrada por um capitalismo já plenamente constituído, que se espraiava desde a Inglaterra, foi mais grave e mais geral que as crises precedentes. Tratava-se mais de uma depressão dos preços e das taxas de lucros que propriamente de uma estagnação da produção. De todo o modo, a saída expansiva que permitiu sua superação envolveu, não propriamente a extensão da mesma estrutura técnica a partir de suas velhas bases, mas sua revolução, nos campos da energia elétrica, da siderurgia, da química, do petróleo, do motor a combustão interna. (Vieira, p. 42)

A saída expansiva do capital, que constituiu a negação e superação da crise de deflação de 1873, demandou uma revolução das próprias estruturas técnicas, econômicas e geopolíticas (na medida em que foi através dela em que novos centros de poder, marcadamente EUA e Alemanha, passaram a desafiar definitivamente as bases em que se sustentava a hegemonia inglesa), efetivamente reorganizando os espaços de acumulação do capital através da reestruturação de suas forças endógenas.

A crise de superprodução do início do século XX, (que atingiu seu estopim no ano de 1929, potencializada pelo poder das estruturas monopolistas que organizaram enormes ramos da produção em torno do capital financeiro) decorrente do acirramento da competição intercapitalista entre enormes blocos de capital centralizados e concentrados, representados por seus respectivos estados nacionais, também demandou um enorme nível de reorganização para que o sistema encontrasse sua superação. O mecanismo pelo qual a acumulação foi possibilitada foi a destruição de capital excedente, que tomou forma em conflitos armados extremamente violentos:

> Assim, ao mesmo tempo em que o capitalismo monopolista potencializava a tendência à crise, também criava formas violentas para sua superação, por meio de uma elevação da concorrência, agora, ao nível da guerra, esta, também, um mecanismo de destruição da superprodução. De resto, por caminhos diferentes relacionados a uma perspectiva do subsconsumo, foi Rosa Luxemburgo quem ofereceu um tratamento específico ao militarismo, procurando demonstrar formalmente que este se tornara um campo propício para se equacionar o problema da realização. (Vieira, 2023, p. 44).

As taxas de lucro somente refletem as dinâmicas contraditórias do capital. A enorme destruição de capital que ocorreu através da violência do século XX possibilitou que, após 1945, agora sob a forma consolidada da hegemonia estadunidense, as taxas de acumulação voltassem a

crescer. A saída expansiva do capital é o mecanismo pelo qual o sistema, através de sua reestruturação, consegue deslocar para frente suas contradições.

Os “anos dourados” do capitalismo que sucederam 1945 foram marcados por amplo crescimento das taxas de lucro e da renda do trabalho, ao menos para a classe trabalhadora dos países centrais. Na medida em que as taxas de acumulação permitiam o crescimento conjunto dessas duas variáveis, muito em parte graças às reivindicações resultantes da maiores níveis de organização da classe trabalhadora ocidental no pós-guerra, se observa a maneira como nesse período a contradição central entre capital e trabalho foi fortemente arrefecida pela saída de expansão do capitalismo. Os mecanismos que permitiram tal deslocamento das contradições foram ciclos de destruição e criação, destruindo capital acumulado e abrindo espaço para novos espaços de acumulação (Vieira, 2023).

Após 30 anos de crescimento, na década de 1970 as quedas das taxas de lucro significaram o fim da possibilidade de crescimento conjunto das rendas do capital e do trabalho no centro do sistema capitalista. À época, a crise estrutural se deflagrou na queda da taxa de lucro decorrente da elevação da composição orgânica do capital, majoração dos salários, esgotamento do padrão tecnológico e da crescente acumulação vinculada às formas fordistas de produção (Corsi e Camargo, 2018). Contudo, as alterações nas estruturas que ocorreram na década de 1970 representaram um fenômeno qualitativamente distinto a meramente mais uma reversão cíclica que sucede o período de expansão. Agora, os próprios mecanismos que antes criavam as condições para a saída expansiva, superação das situações de crise, passaram a produzir efeitos contrários aos de superação das contradições imediatamente expressas na crise: efeitos de agravamento das contradições que constituem o processo de acumulação.

> O processo de desenvolvimento do capitalismo atingiu, como resultado mesmo da própria expansão do pós-guerra, um paroxismo tal que os encadeamentos entre a crise e sua superação, os deslocamentos para frente das contradições constitutivas tendem a perder eficácia na mesma medida em que os breves espasmos de crescimento que, de resto, não são suficientes para conformar soluções consistentes, não podem ocorrer sem que se reponham imediatamente os fatores da própria crise. (Vieira, 2023, p. 46).

O fator que constitui a crise estrutural que se prolonga desde a década de 1970 é a intransponibilidade dos limites impostos à acumulação de capital dentro das próprias contradições do sistema capitalista. A elevação do progresso tecnológico agora opera no sentido de destruição de empregos e aumento da redundância do trabalho, fenômeno que agrava as contradições entre trabalho e capital; sob baixo crescimento, o crescimento da renda do trabalho põe em xeque a

própria dinâmica de acumulação ampliada. Muito pelo contrário, a tendência se torna a renda do capital avançar sobre os patamares adquiridos pela renda do trabalho, buscando destruir direitos trabalhistas, avançar no arrocho salarial e limitar as formas disponíveis de organização dos trabalhadores (Corsi e Camargo, 2018). Fato é que cada saída que o capital procura para se valorizar agrava as contradições, não conseguindo deslocá-las para frente.

Paralelamente, observa-se através da abordagem da ASM que a expansão financeira das últimas décadas não deve ser compreendida como um novo estágio distinto do capitalismo, ou um novo tipo de "hegemonia vindoura dos mercados globais", mas sim um sinal de que nos encontramos em meio a uma profunda crise sistêmica e hegemônica; ao não encontrar formas de se valorizar em espaços produtivos, em diferentes momentos históricos (geralmente vinculados a momentos de ciclo B de Kondratieff e crises hegemônicas, na perspectiva da ASM) o capital necessitou recorrer a formas de valorização através de mecanismos financeiros e/ou especulativos, (Arrighi, Silver, 2001). Tal processo tende a ocorrer quando as quedas da taxa de lucro vinculadas à produção dificultam o processo de valorização do capital ao fim dos ciclos de expansão, e o maior volume de capital produtivo vinculado aumenta a instabilidade do processo de acumulação e a propensão à intensificação das crises financeiras.

Uma enorme quantidade de capital fictício se encontra, dessa maneira, deslocada das condições de produção vigentes na economia mundial, dilatando os espaços de acumulação e instabilizando diferentes setores das economias nacionais. Tal processo tende a inverter a lógica de acumulação para um padrão que aumenta a rotação do capital global sem produzir mais-valia de forma independente, como dito anteriormente, uma das principais maneiras pela qual os capitalistas conseguem aumentar seus lucros imediatos em meio a crise estrutural.

8. Conclusão: A busca por espaços de acumulação e o agravamento das contradições sob a crise estrutural no pós-1970

O período que se seguiu à deflagração da crise estrutural vem sendo marcado por baixo crescimento econômico associado a níveis consideráveis de desemprego. A tendência ao baixo crescimento que se prolonga nas economias ocidentais por cinco décadas configura uma longa estagnação que foge às dinâmicas cíclicas anteriormente observadas no sistema capitalista. Considerando o crescimento global excetuando o sudeste asiático e a Índia, os patamares foram de fato muito inferiores às décadas de 1945-70 (Corsi e Camargo, 2018). Uma análise aprofundada do prolongamento da estagnação deve considerar a atuação das forças endógenas que compõem o processo de acumulação em sua dinâmica contraditória.

Em “A crise do capitalismo global: bolhas especulativas e os novos espaços de acumulação na periferia” Corsi e Camargo discutem a maneira pela qual o capitalismo se reestruturou à partir das condições impostas pela crise estrutural de 1970, analisando dois processos simultâneos: o inchaço da esfera financeira e a abertura de novos espaços de acumulação.

A impossibilidade de superação da baixa valorização que o capital encontra nos antigos espaços de acumulação produtiva desponta como profundo efeito da crise estrutural do sistema capitalista, dinâmica que tem como sua contrapartida a “(...) dilatação dos canais de valorização do capital financeiro que comanda atividades das mais diferentes funções, mas, que em sua dinâmica de extrema mobilidade, depende da via fictícia de expansão.” (Campos, 2025, p. 94).

> Em síntese, o que estes dados mostram é que há na economia mundial um aumento do endividamento de corporações, famílias e governos, em que o capital excedente assume majoritariamente a forma fictícia. Decisões de gasto, investimento, crédito, gestão financeira, têm como eixo a preservação e a valorização da riqueza abstrata (monetária), o que relativiza o gasto e acumulação na dimensão produtiva do capital. Os investimentos em capital fixo e inovação estão subordinados aos ganhos de capital de curto prazo, em que os regimes monetários e fiscais de muitos países se cristalizam na sustentação da riqueza abstrata (debêntures, recebíveis e papéis securitizados, ações, títulos em geral). (Campos, 2025, p. 96)

É necessário compreender a profunda relação entre a formação de bolhas especulativas enquanto vetores fundamentais para a acumulação e o crescente endividamento dos agentes - Estado, famílias e empresas. A queda da demanda agregada resultante da menor renda do trabalho teve seu papel compensado na dinâmica de acumulação pelas bolhas especulativas fomentadas pelos agentes endividados, principalmente no Ocidente (Corsi e Camargo, 2018).

É possível perceber que para que as taxas de acumulação permaneçam crescentes, mesmo que em níveis inferiores em relação aos momentos de expansão, seu próprio vetor se constitui enquanto acirramento da contradição entre produção e consumo; o endividamento dos agentes econômicos instabiliza as forças inerentes do sistema e dificulta ainda mais a circulação da forma mercadoria e a realização do capital produtivo.

Simultaneamente, é necessário compreender a articulação de capitais ocidentais (marcadamente estadunidenses) com as economias do sudeste asiático (marcadamente China) a partir da década de 1970 como uma busca por novos espaços de acumulação. O crescimento das economias asiáticas nas últimas décadas representou uma das mais importantes mudanças nos centros de organização do sistema-mundo capitalista (Wallerstein, 2014) e permitiu que houvesse elevação das taxas de lucro. Tais mudanças, no entanto, somente sustentaram baixas taxas de

crescimento ocidentais até os anos 2000, não cumprindo com as promessas do neoliberalismo de retorno às vigorosas taxas de crescimento anteriores (Corsi e Camargo, 2018). Em contrapartida, esse processo criou as condições para que, nas décadas que se seguiram à virada do milênio, a hegemonia estadunidense passasse a ser contestada pelo ganho de poder relativo chinês.

A crise estrutural também reconfigurou a atuação do Estado capitalista diante do agravamento das contradições. Entendendo o Estado capitalista como relação social, o qual, enquanto a condensação das contradições de classes, deve cumprir sua dupla função de acumulação e legitimidade (Jessop, 2009), ao colocá-lo no contexto da crise estrutural, o Estado assume a função de um administrador permanente da crise, em que arbitra a favor do capital transnacional e atua na contenção e gestão dos riscos que caracterizam esses empreendimentos destrutivos (Campos, 2024; Vieira, 2023). Outros elementos que reforçam essa dominação aprofundada do capital transnacional à autonomia relativa dos Estados Nacionais aparecem na perda do "controle do câmbio, da moeda e do orçamento como mecanismos básicos do desenvolvimento nacional." (Campos, 2024, p. 22), a exemplo da desdemocratização do instrumento da política monetária, através do fenômeno da Independência do Banco Central onde os discursos de um Banco Central (BC) Independente e tecnocrático, sem o oportunismo do governo, esconde as reais intenções do capital em controlar o BC (Palley, 2019).

No tocante aos países subdesenvolvidos, sua dinâmica na crise toma proporções específicas em relação aos países desenvolvidos, pois se tem uma combinação da crise de formação e da sistêmica. Essa combinação é vista no processo de desindustrialização na América Latina, caracterizando uma reafirmação desses países subdesenvolvidos como "áreas neocoloniais para o extrativismo agromineral, superexploração da força de trabalho e a especulação mercantil-financeira." (Campos, 2024, p. 23).

Diante da atual conjuntura e do aprofundamento crescente da crise estrutural, a ideologia desenvolvimentista, se já não estiver completamente morta, atua como um zumbi rastejante com condições políticas de manobra cada vez mais escassas e resumidas em estratégias defensivas e extremamente conciliadoras. As verdadeiras perspectivas desenvolvimentistas experienciadas na América Latina e na África, que vislumbravam no desenvolvimento qualitativo das forças de produção, encabeçadas pelo estado desenvolvimentista, capacidades de transformação da posição relativa no cenário internacional, hoje parecem mais distantes do que nunca. Como argumenta Campos (2024), até as formas de neoliberalismo social e democrático se tornam intragáveis para o complexo multinacional das potências capitalistas atuais.

As perspectivas de transformação, seja da posição relativa dos países periféricos no atual sistema capitalista, ou da própria transformação das relações de produção constitutivas do sistema-mundo, permanecem profundamente incertas, assim como fundamentalmente em disputa. A conjuntura posta diante de nós pela crise estrutural do sistema em que vivemos é uma em que forças difusas parecem se deslocar de maneira caótica e abrupta. Cabe a nós buscar interpretar os contextos, alcances e limites dessas forças múltiplas na perspectiva de transformar essa mesma realidade, fazendo sentido das dimensões assumidas pela luta de classes nesse particular momento transitório, compreendendo-nos como eternamente partícipes do que virá em seguida.

Referências bibliográficas

ARRIGHI, Giovanni; SILVER, Beverly J. ***Caos e governabilidade no moderno sistema mundial.*** 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto; Editora UFRJ, 2011.

BELLUZZO, L. G. O declínio de Bretton Woods e a emergência dos mercados globalizados, **Economia e Sociedade**, V.4, n. 1, 1995.

CAMPOS, Fábio Antonio de. *Kraken capitalista e destinos da economia mundial*. ***Revista Fim do Mundo***, n. 13, p. 91–121, 2025.

CAMPOS, F. A. Mar morto: notícias sobre a conjuntura econômica brasileira. In: CORSI, F. L.; MENDONÇA, M. G.; SANTOS, A. (Org.). **América Latina na conjuntura pós-pandemia: a crise do sistema e a nova guerra fria**. Marília: Projeto Editorial Praxis, 2024.

CARCANHOLO, Marcelo Dias. Crise econômica atual e seus impactos para a organização da classe trabalhadora. **Revista Aurora**, v. 3, n. 2, p. 3–10, 10 ago. 2010.

JESSOP, Bob. O Estado, o poder, o socialismo de Poulantzas como um clássico moderno. **Revista de Sociologia e Política**, v. 17, n. 33, p. 131–144, jun. 2009.

MAZZUCCHELLI, Frederico. **A desorganização dos anos 1970**. Revista Política Social

e Desenvolvimento. 2014

PENNAFORTE, Charles. ***Análise dos sistemas-mundo: uma introdução ao pensamento de Immanuel Wallerstein***. 2. ed. Pelotas: Editora UFPel, 2023.

PALLEY, Thomas. CENTRAL BANK INDEPENDENCE: A RIGGED DEBATE BASED ON FALSE POLITICS AND ECONOMICS. **Investigación Económica**, v. 78, n. 310, p. 67, 24 out. 2019.

TAVARES, Maria Da Conceição. A retomada da hegemonia norte-americana. **Brazilian Journal of Political Economy**, v. 5, n. 2, p. 157–167, abr. 1985.

VIEIRA, Carlos Alberto Cordovano. Das crises cíclicas à crise estrutural do capital. **Revista Fim do Mundo**, n. 9, p. 30-60, jan./jun. 2023.

MARX, Karl. ***Grundrisse: manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política***. São Paulo: Boitempo, 2011.

MARX, Karl. ***O capital: crítica da economia política: Livro I*** *– O processo de produção do capital*. São Paulo: Boitempo, 2013.

MARX, Karl. ***O capital: crítica da economia política. Livro III: o processo global da produção capitalista*****.** Edição de Friedrich Engels. Tradução de Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017

MAZZUCCHELLI, F. (2014). A desorganização dos 1970**. Revista Política Social e Desenvolvimento.**

MESZÁROS, I. **Para além do capital**. São Paulo: Boitempo, 2002.

WALLERSTEIN, Immanuel. ***Globalization or the Age of Transition? A long-term view of the trajectory of the world-system*****.** ***International Sociology***, v. 15, n. 2, p. 251–267, 2000.

WALLERSTEIN, I. Structural crisis, or why capitalism may no longer find capitalism rewarding. In: .WALLERSTEIN, I.; COLLINS, R.; MANN, M.; DERLUGUIAN, G.; CALHOUN, C. **Does capitalism have a future?** New York: Oxford University Press, 2013.

WALLERSTEIN, Immanuel. ***China and the World System since 1945***. Palestra realizada na Yale University, Henry Luce Hall Auditorium, em 18 nov. 2013.